

Gostaríamos de iniciar o editorial do segundo número da revista *Trabalho, Educação e Saúde* com o destaque para o médico sanitário, militante e político Antônio Sérgio da Silva Arouca, falecido em 2 de agosto do corrente ano.

Muito teria que ser dito para expressar a contribuição de Arouca à organização política, técnica e — por que não dizer — ideológica — do sistema de saúde brasileiro. Assim, nada mais adequado do que recuperar seu pensamento e sua ação na íntegra. Neste sentido, *Trabalho, Educação e Saúde*, neste número, republica uma entrevista concedida à revista *RADIS*, da Fundação Oswaldo Cruz, em outubro de 2002. Embora represente uma parcela ínfima da contribuição de Arouca à história dos movimentos sociais e políticos brasileiros, a entrevista ilumina questões centrais ao cenário da saúde pública, especialmente no que diz respeito às políticas de saúde no contexto da reorganização do Estado capitalista contemporâneo.

Quatro outros trabalhos do presente número seguem a linha de reflexão sobre a reorganização do Estado e as políticas de saúde e educação. “Reforma do Estado: o privado contra o público”, de Roberto Leher, trata do discurso que sustenta a Reforma do Estado em curso no Brasil, concluindo que esta aprofunda tanto a condição dependente do país quanto a sua heteronomia cultural, o que não exclui — pelo contrário — a elaboração de teorias críticas ao Estado, em uma sociedade não-capitalista. No debate “Financiando o SUS — algumas questões para debate”, Ruben de Mattos e Nilson do Rosário Costa discutem os desafios colocados ao Estado brasileiro diante da perspectiva de implementação e de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde. O artigo “Cursos técnicos pós-médios: análise das possíveis relações com o fenômeno de contenção da demanda pelo ensino superior”, de autoria de Sonia Regina Mendes, analisa, a partir da investigação dos percursos escolares dos alunos de cursos técnicos pós-médios, as orientações “não-manifestas” e as repercussões do Decreto Federal 2.208/97 no tocante ao acesso ao ensino superior. Por fim, ainda na linha de discussão das políticas públicas de saúde e educação, a seção de relato apresenta a experiência do Programa de Formação de Agentes de Vigilância da Saúde (Proformar), tendo como referências, de um lado, a Reforma Sanitária e a consolidação do SUS e, de outro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Este número da revista publica ainda mais três artigos, relativos a questões relevantes à organização do trabalho e formação profissional. Márcia Teixeira coloca em tela, no texto “Sobre o trabalho técnico em laboratórios de P&D em saúde: apontamentos para a educação profissional”, os movimentos “invisíveis” da organização do trabalho e da formação profissional em laboratórios de saúde, discutindo, em um processo de trabalho em saúde ainda pouco investigado no Brasil, as questões da especialização, da qualificação e da divisão do trabalho. “Trabalho, educação e saúde: o ponto de

vista enigmático da atividade”, de Jussara Brito e Milton Athayde, trata da tríade expressa no título, a partir de um programa de pesquisas e formação de trabalhadores de escolas públicas. Ricardo Antunes, em “O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho”, retoma, a partir de indicações empíricas e analíticas, a necessidade de ampliação das definições de classe trabalhadora — ou, nas palavras do autor, da “classe-que-vive-do-trabalho” — e o conseqüente questionamento das teses que sustentam o desaparecimento ou a desconstrução do trabalho como categoria ontológica estruturante.

O ensaio, de Lílian do Valle, intitulado “Teoria, determinação, complexidade: desafios da reflexão sobre educação”, focaliza as abordagens da educação que partem dos modelos do mundo natural, apontando a necessidade de que, para pensar o modo de ser próprio do humano, devemos partir do próprio homem.

A revista apresenta também três resenhas, sobre os livros *Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?*, de Marise Ramos; *Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*, de Antônio Negri e Maurizio Lazzarato; e *Agente comunitário de saúde: o ser, o saber, o fazer*, de Joana Azevedo e Ana Sílvia Dalmaso.

Deixamos, por fim, o leitor com os desafios propostos por Sérgio Arouca para a XII Conferência Nacional de Saúde — e para todos que trabalham na formação profissional em saúde — por ocasião do lançamento do primeiro número da *Trabalho, Educação e Saúde*, em 19 de março do corrente ano:

“A XII Conferência Nacional de Saúde vai discutir a mudança do modelo assistencial e enfrentar uma questão fundamental, que é a questão de educação, trabalho e saúde. Não tenho dúvida que esta é uma questão estratégica que não foi equacionada, que não foi resolvida. Pelo contrário, se tornou crítica nos últimos anos diante das diferentes formas de contrato de terceirização, contratos precários de cooperativas e, portanto, a partir do contrato precário, a absoluta impossibilidade de treinar, capacitar, dar um mínimo de garantias a esses trabalhadores na área da saúde (...). É um desafio (...) repensar mesmo qual é o novo ciclo na gestão do trabalho, na organização do trabalho, na qualificação do trabalho na área de saúde que pudesse ser incorporada à XII Conferência para a gente poder fazer este salto”.

*Os editores*